

## **BOLETIM 461**

*Brasília, 1º de novembro de 2017*

# **Centrais preparam protesto em 10 de novembro, véspera da 'reforma'**

*Em São Paulo, ato sairá da Praça da Sé para a Avenida Paulista*

As centrais sindicais finalizam os preparativos para o chamado dia nacional de paralisação, marcado para 10 de novembro, sexta-feira da semana que vem, na véspera da entrada em vigor da Lei 13.467, de "reforma" da legislação trabalhista. Com manifestações em locais de trabalho, a atividade inclui atos de protesto, como o de São Paulo, que terá concentração às 9h30 na Praça da Sé, com passeata para a Avenida Paulista.

Ao mesmo tempo em que as centrais irão questionar as mudanças na legislação trabalhista, o dia 10 é um preparo para enfrentar a proposta de reforma da Previdência que vem sendo articulada, apesar das dificuldades de se aprovar a matéria no Congresso Nacional, pois depende de mudança constitucional.

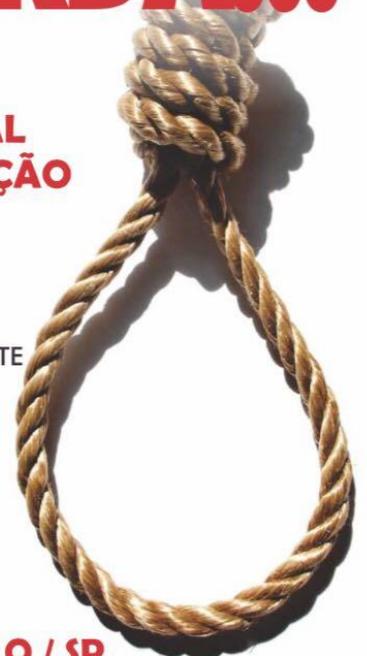
O ato também servirá para valorizar o papel dos sindicatos nas negociações coletivas,

# **ACORDA!!!**

## **10/11**

### **DIA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO**

EM DEFESA  
DOS DIREITOS  
CONTRA O DESMONTE  
DA PREVIDÊNCIA  
PELO FIM DO  
TRABALHO ESCRAVO



**SÃO PAULO / SP**

**09h30 - Concentração na Pça. da Sé**  
**10h30 - Caminhada até a Av. Paulista**

ainda mais com as mudanças causadas pela 13.467. "Os sindicatos estão conseguindo ultrapassar os limites determinados pela lei", diz Juruna, referindo-se a acordos já fechados e que preservaram as cláusulas sociais.

*Fonte: Rede Brasil Atual*



## **OLHA O PERIDO AÍ DE NOVO...**

# **Meirelles diz acreditar na aprovação da reforma da Previdência ainda este ano**

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse acreditar que a reforma da Previdência seja aprovada ainda este ano. Alertou que é necessário que se tenha cuidado para não prejudicar o próximo governo, caso a solução a ser encontrada implique em uma reforma mais enxuta do que a defendida pela equipe econômica. A declaração foi dada nesta terça-feira (31) durante audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

“Acredito que sim, existe a possibilidade de aprovar ainda este ano a reforma da Previdência. Inclusive eu costumo dizer aos líderes de partidos políticos que se eles têm a interesse de estar no governo depois das próximas eleições, que então têm de torcer pela aprovação da reforma porque a pior coisa que pode acontecer para o próximo governo é ter de enfrentar como primeiro desafio a reforma da Previdência”, disse.

Meirelles disse que será necessário alguns cuidados, caso se chegue a um acordo por uma versão mais enxuta da reforma. “Tem de ver que redução é essa. Tudo na questão fiscal se resume a números e a direitos das pessoas. Um projeto que inicialmente previa um benefício fiscal de quase R\$ 600 bilhões tem nesse projeto final aprovado pela comissão especial uma previsão de benefício de 75% do valor original proposto”, disse.

*Fonte: Agência Brasil*

## **Paim protesta contra corte no valor do salário mínimo**

Em pronunciamento nesta terça-feira (31), o senador Paulo Paim (PT-RS) se declarou indignado com mais uma redução no valor do salário mínimo proposta pelo presidente Michel Temer. Segundo Paim, o governo já havia baixado em R\$10 o valor do mínimo na LDO para 2018. E agora o Ministério do Planejamento anunciou um corte de R\$ 4 no valor para o próximo ano, passando de R\$ 969 para R\$ 965.

— Catorze reais não são nada para o governo, mas para quem ganha o salário mínimo significa mais cinco litros de leite, significa mais cinco quilos de arroz ou significa mais três quilos de feijão. Sabe o que significa para quem não tem nada cinco quilos de arroz? Significa muito. Sabe o que significa três, quatro quilos de feijão a mais para quem não tem o que comer, para a família, às vezes, de três, quatro, cinco filhos? — questionou.

Além disso, Paulo Paim protestou contra a reforma trabalhista já aprovada pelo Palácio do Planalto e a tentativa de ressuscitar a reforma da Previdência, em análise na Câmara dos Deputados.

O senador ressaltou que o texto prevê o pagamento de benefício integral apenas após 65 anos de idade e 49 de contribuição. E garantiu que, com a realidade atual do mercado de trabalho, o brasileiro só terá direito ao valor máximo da aposentadoria depois de completar 90 anos.

*Fonte: Agência Senado*

## Medidas do governo constituem assédio moral coletivo contra servidores, dizem sindicalistas

*PDV, redução de jornada, adiamento de reajustes, reforma da Previdência e projetos que permitem demissão de servidor estável foram classificadas de ataque a servidores públicos*

Participantes de audiência pública na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara nesta terça-feira (31) **(foto)** classificaram medidas recentes do governo de “assédio moral coletivo por parte do Estado” contra os servidores públicos. Assédio moral é toda conduta abusiva, repetida de forma sistemática, que atinge a dignidade ou a integridade psíquica ou física de um trabalhador.

Entre as medidas destacadas estão planos de desligamento voluntário (PDVs) lineares e redução de jornada com redução de salário (MP 792/17); adiamento de reajustes salariais já acertados e aumento de contribuição previdenciária (MP 805/17); sucessivas propostas de reforma da Previdência pública (PEC 287/16) e projetos de lei que permitem a demissão de servidor estável por insuficiência de desempenho (PLS 116/17, no Senado).

As medidas anunciadas, segundo os representantes de servidores, buscariam culpar o servidor pela situação fiscal do País ao desvalorizar a sua atividade, enaltecendo o seu



custo. Os participantes da audiência criticaram o caráter linear do PDV, pois partiria da ideia de que há excesso de servidores em qualquer setor.

Também foi citada a possibilidade de o servidor ficar trabalhando na iniciativa privada e no setor público ao mesmo tempo, o que poderia gerar conflitos de interesse. Representante do Ministério do Planejamento, João Cândido rebateu essas críticas e disse que setores como segurança, saúde e arrecadação tributária serão preservados.

*Fonte: Agência CÂMARA*

## Câmara aprova mudanças no gerenciamento do Sine

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou proposta que reestrutura o Sistema Nacional de Emprego (Sine) para permitir sua gestão e financiamento em cada esfera de governo (estadual, municipal e distrital), mantendo, no entanto, a coordenação com a União, por meio do Ministério do Trabalho. A proposta está aprovada pela Câmara e segue agora para análise do Senado, a menos que haja recurso para que seja votada pelo Plenário.



Criado em 1975, o Sine é o braço operacional de serviços oferecidos pelo Programa do Seguro-Desemprego e financiados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), como emissão de carteiras de trabalho, pagamento de seguro-desemprego e encaminhamento para entrevistas de trabalho.

O texto aprovado é um substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público ao Projeto de Lei 5278/16, do Poder Executivo. O novo texto aproveita algumas normas que acabaram suprimidas na discussão interna ocorrida no Executivo. Entre elas, a possibilidade de os integrantes do sistema recorrerem a operações de crédito com organismos internacionais para reforçar os recursos voltados a sua operacionalização.

O relator da proposta, deputado Lelo Coimbra (PMDB-ES), disse que o substitutivo e as emendas apresentadas na Comissão de Trabalho melhoraram a redação do texto, e por isso recomendou a aprovação sem alterações.

**Participação** - Além de instituir uma gestão descentralizada e compartilhada para o Sine, a proposta fortalece a participação social no sistema ao atribuir caráter deliberativo aos conselhos de Trabalho, Emprego e Renda tripartites (governos, trabalhadores e empregadores), que são criados por estados, Distrito Federal e municípios para fiscalizar a destinação de recursos do FAT.

Seis centrais sindicais vão representar os trabalhadores e dez confederações os empregadores.

**Transferências** - O texto aprovado também altera a forma de transferência de recursos federais para os entes federados, que passa a ser automática.

*Fonte: Agência CÂMARA*

## TRT10 abre inscrições para a XII Semana Nacional da Conciliação do Judiciário

O TRT da 10ª Região participa da XII Semana Nacional da Conciliação 2017, no período de 27/11 a 1º/12. O TRT10 abre inscrições para indicações de processos, tanto para empregadores quanto para empregados, em qualquer fase processual e em qualquer instância, no período de 31/10 a 09/11, por meio do endereço eletrônico [cejusc.bsb@trt10.jus.br](mailto:cejusc.bsb@trt10.jus.br).

O Evento é um marco anual do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que possibilita que cidadãos e instituições incluam seus processos nas pautas da Semana.

### **Balanço 2016**

A XI Semana Nacional da Conciliação terminou com 130 mil acordos, que representaram R\$ 1,2 bilhão em valores homologados pela Justiça. Foram feitas 444 mil audiências, entre os dias 21 e 25 de novembro de 2016. A Semana Nacional ocorreu em 51 tribunais nos três ramos da Justiça – Estadual, Federal e do Trabalho.

*Fonte: TRT10*

### **BOLETIM CONTRICOM**

Presidente da CONTRICOM

**Francisco Chagas Costa – Mazinho**

Secretário para Assuntos de Comunicação

**Luis Carneiro Rocha**

Redação e Edição

**Instituto Dois Candangos (DF)**